

PARCEIROS ESTRATÉGICOS PARA A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL

RICARDO DATHEIN

organizador

AS AMÉRICAS

VOLUME I

ANDRÉ MOREIRA CUNHA

EDUARDO MALDONADO FILHO

GUSTAVO MEIRA CARNEIRO

HELENA LOBATO DA JORNADA

MARCO AURÉLIO CHAVES CEPIK

PAULO GILBERTO FAGUNDES VISENTINI

PEDRO DOS SANTOS DE BORBA

Estados Unidos da América

Contexto Político, Política Externa e Relações Bilaterais com o Brasil

Marco Cepik

*Helena Jornada**

I Contexto Político e Desafios de Segurança

A aprovação do primeiro orçamento anual do governo Obama pelo Congresso dos Estados Unidos, no centésimo dia após a posse, define de maneira clara o contexto político atual naquele país, tanto por explicitar as prioridades e forçar a resolução de diferenças importantes no seio da coalizão de governo, quanto por situar a correlação de forças entre governo e oposição.

Começando pela explicitação de prioridades no orçamento de US\$ 3,5 trilhões aprovado pelo Congresso, constata-se que parte importante da agenda anunciada durante a campanha eleitoral começa a tomar forma mais definitiva. Além de adotar a proposta do Executivo de estender para além de 2010 as reduções fiscais para as famílias trabalhadoras e de, em contrapartida, restringir ao próximo ano a vigência das atuais reduções fiscais para famílias que recebem mais de US\$ 250 mil, os congressistas também aprovaram por ampla maioria os aumentos de gastos propostos nas áreas de saúde, educação, defesa, energia e meio ambiente. No caso da área ambiental, por exemplo, a maioria democrata no Congresso aprovou um programa de centenas de bilhões de dólares para limitar as emissões de gases poluentes, gerando receitas adicionais também por meio da venda de licenças para as emissões que ultrapassarem os limites legais a serem estabelecidos. Os aumentos aprovados nos recursos para empréstimos estudantis, fiscalização, cobertura de saúde, pesquisa em ciência e tecnolo-

* A autora é membro do Serviço Exterior Brasileiro desde 02/07/2010. Este trabalho foi produzido antes dessa data e quaisquer opiniões nele expressas são de caráter pessoal e não refletem aquelas do Ministério das Relações Exteriores ou do Governo brasileiro.

gia, estímulo econômico e outros temas importantes da agenda de Obama também foram expressivos e, na prática, começaram a reverter muitas das políticas e prioridades do governo de George W. Bush.

A votação também revela que a montagem do governo, mesmo prejudicada pela polêmica em torno de alguns dos nomes indicados, foi construída em bases politicamente sólidas. Ainda assim, restam disputas importantes na base do Partido Democrata no Congresso acerca de prioridades e procedimentos. Por exemplo, a respeito do perfil da reforma do sistema de saúde, existe forte polêmica sobre a sustentabilidade de gastos estimados em mais de US\$ 1 trilhão anuais para garantir cobertura universal (incluindo os 49 milhões de americanos que não têm planos de saúde). O orçamento aprovado, em termos globais, foi criticado pelos republicanos por aumentar o déficit público em US\$ 1,2 trilhão e expandir o controle do Estado sobre a economia. Os assessores do governo afirmam, no entanto, que o estímulo econômico gerado pelo *bailout* de US\$ 787 bilhões assinado como lei em fevereiro, aliado às consequências das medidas tomadas desde antes da posse, tendem a tirar mais rapidamente os Estados Unidos (EUA) da crise e, com a retomada do crescimento, facilitar a redução do déficit a níveis mais sustentáveis.

Por mais folgada que tenha sido a votação do orçamento no Senado (55 a 43) e na Câmara dos Deputados (233 a 196), e mesmo considerando as elevadas taxas de aprovação popular do presidente (69%), seria prudente lembrar que vinte deputados democratas votaram com a oposição (contra apenas dois senadores republicanos que votaram com os democratas). Também chama a atenção dos analistas a retirada, por parte dos congressistas democratas, de US\$ 100 bilhões do projeto enviado pela Casa Branca, incluindo fundos adicionais para auxílio aos setores sociais mais atingidos pela crise.

Na área de segurança nacional e política externa, o orçamento aprovado revelou a combinação entre as promessas de campanha, os ajustes de *timing* e ênfases decorrentes da correlação de forças. Como salientou o jornal *Washington Post*, embora os 69% de aprovação popular sejam de fato um patamar mais alto do que os presidentes americanos costumam obter depois de cem dias na Casa Branca, o presidente Obama sabe que venceu uma eleição na qual mais de 47% do eleitorado votou contra ele, sendo que, entre os trabalhadores brancos, ele foi derrotado. Que os chamamentos a favor de um governo bipartidário tenham se revelado inviáveis politicamente não resulta, porém, nenhum tipo de ilusão da parte do presidente Obama de que ele possa implementar uma agenda excessivamente progressista em todas as áreas de governo. Como fica evidente na próxima seção do texto, existe uma dose de continuidade em relação aos dois governos anteriores, representada inclusive pela presença de Robert

Gates, na Secretaria de Defesa, e de Hilary Clinton, na Secretaria de Estado. Mas mesmo na área de defesa, o perfil dos gastos aprovados (US\$ 130 bilhões para as guerras do Iraque e do Afeganistão, ênfase em capacidade aerotransportada, redução do ritmo de investimentos no escudo antimísseis etc.) indica que a continuidade na administração Obama não existe separada da indicação de mudança significativa nos próximos anos.

O mais importante a observar no atual contexto político e de segurança nos Estados Unidos, porém, é que os resultados obtidos por Obama em termos de mudança de clima político internacional e nacional o foram em meio a uma crise econômica imensa, agravada por um contexto internacional em que a reputação e a credibilidade dos Estados Unidos estavam muito seriamente abaladas. Recentemente o presidente Barack Obama completou cem dias de governo em meio a uma crise econômica mundial, cujo alcance e profundidade ainda são incertos, em um período em que o papel dos EUA tem sido posto à prova em inúmeros embates políticos e econômicos. Até aqui não se trata apenas de um novo presidente, mas de um líder que pretende definir o contexto da política americana para as décadas vindouras.

II Política Externa

A política externa norte-americana está passando por um momento de transição. Ainda é muito cedo para afirmar se está ocorrendo uma grande reorientação dessa política e da grande estratégia norte-americana, e como serão os próximos anos de mandato sob esse aspecto, não só pelo curto período de duração do governo, mas também pelo fato de estar passando-se por um período de crise, que exige respostas imediatas e emergenciais aos problemas. Entretanto, algumas tendências podem ser identificadas, especialmente no estilo como o atual governo conduzirá a política externa, que pode ser descrito quase como antípoda do estilo Bush.

Durante a campanha presidencial, Obama foi fortemente atacado, em especial pela sua concorrente democrata, senadora Hillary Clinton, na questão da política externa, já que se afirmava que ele não possuía a experiência necessária para bem conduzir a área. Porém, até então, essa se mostrou a área mais profícua do governo Obama, que conseguiu montar uma equipe bastante experiente para conduzir a política externa do seu país. Essa equipe conta com a sua ex-concorrente, a senadora Hillary Clinton, como secretária de Estado; Richard Holbrook, como enviado especial para o Afeganistão e Paquistão; e Robert Gates, que continuará como secretário de defesa, mostrando um sinal de continuidade da Era Bush.

As ações tomadas pelo governo Obama com relação à política externa, em seus primeiros meses, indicam alguns pontos que orientarão os próximos anos, e o que o distinguirá de seu predecessor. A atividade diplomática de Barack Obama foi bastante intensa: em três meses e dez dias de mandato, ele realizou duas grandes viagens e participou de vários encontros multilaterais e bilaterais, onde tentou passar a mensagem de que os EUA estão modificando a sua forma de se relacionar e de se colocar no cenário internacional. Isso é extremamente importante, pois, até agora, pode-se inferir que o que realmente mudará na política externa desse país é a sua forma e não tanto o seu conteúdo. Isso quer dizer que os grandes temas da agenda internacional dos EUA continuarão sendo os mesmos, e o que Obama está indicando é que a abordagem desses temas ocorrerá de forma multilateral e com predominância do diálogo, exatamente para se diferenciar do governo Bush.

O principal ponto da agenda de política externa dos Estados Unidos, sem dúvida, é a Guerra no Iraque, e nesse ponto Obama cumpriu as promessas de campanha, mesmo que suas ações não representem uma ruptura completa com os anos de Bush. Obama anunciou a retirada total das tropas combatentes norte-americanas que estão no Iraque até 2011, dando continuidade ao plano que havia sido apresentado pelo general Petraeus. A grande diferença está na maneira como foi feito o anúncio, colocando, de forma pragmática, uma data para o fim da Guerra do Iraque, o que tem um forte impacto para a população.

Entretanto, o objetivo de Obama é, ao liberar as tropas que estão envolvidas no Iraque, reforçar a presença norte-americana no Afeganistão, deslocando o foco da ação militar para esse país. Essa foi uma promessa de campanha, e já está sendo colocada em prática. A continuidade da Guerra contra o Terror, focada no Afeganistão e no Paquistão, será o principal foco da ação de Obama em termos de política externa. Essa preocupação fica mais evidente com a nomeação de Richard Holbrooke, diplomata com participação-chave no fim da Guerra da Bósnia, como enviado especial para a região. Holbrooke já está atuando de maneira mais firme na relação com o governo paquistanês.

Ainda em relação ao Oriente Médio, parece que Obama quer tentar resgatar as ações de seu predecessor do Partido Democrata, Bill Clinton, na medida em que tenta se colocar como mediador do conflito entre Israel e Palestina, convidando representantes de ambos os países para conversas separadas na Casa Branca, assim como fez com representantes do Egito e da Jordânia.

Obama também condenou os métodos utilizados pelos membros da CIA nos interrogatórios de suspeitos de atividades terroristas, e decretou o fechamento de Guantánamo no prazo de um ano. Entretanto, em grande parte, por cautela política, Obama sinalizou que não iniciará investi-

gações contra oficiais que autorizaram e praticaram tortura, o que deixou uma grande parcela dos seus colegas democratas desapontados.

A tentativa de reaproximação com o Irã ainda não foi bem-sucedida, pois os iranianos rejeitaram o sinal de abertura dado pela administração Obama de conversar com o país sem precondições em relação ao desenvolvimento nuclear iraniano. Esse fato explicita bem os limites dessa nova tentativa de abordagem proposta por Obama, já que o Irã sabe que a questão nuclear é um tópico sobre o qual os EUA não podem abrir mão de sua posição sem causar grandes consequências regionais e internacionais. A proliferação nuclear se apresenta como outro importante ponto da agenda de política externa de Obama. Segundo analistas, como Henry Kissinger, esse deveria ser um dos principais pontos a serem abordados pelos EUA, pois, se a questão for resolvida, automaticamente vários pontos da agenda norte-americana serão tratados, como os problemas com o Irã e a Coreia do Norte.

As relações entre EUA e Rússia também envolvem o desarmamento nuclear, já que, no início de seu mandato, Obama propôs uma grande redução dos arsenais nucleares de ambos os países, renovando uma política que já ocorre desde a Guerra Fria. Em recente encontro, os presidentes Obama e Dmitri Medvedev afirmaram que um novo acordo deverá ser firmado até o final de 2009. Entretanto, as relações entre os dois países não evoluíram muito além dessa iniciativa, que, por enquanto, é uma ação circunscrita à retórica diplomática, com poucos efeitos reais imediatos. A proposta norte-americana de abandonar o projeto de instalar escudos antimísseis na Europa Central em troca de apoio em relação ao Irã fracassou, e as relações entre os dois países aparentemente voltaram ao ponto em que foram deixadas por Bush.

Em alguns aspectos, porém, pode-se observar uma grande diferença de tratamento dispensado pela nova administração em relação à antiga. A tentativa de maior aproximação com os países europeus, de forma a retomar a aliança atlântica, abandonada pelos anos de unilateralismo de Bush, é notável. Mesmo que não tenha obtido os resultados esperados, a recente viagem de Obama à Europa pode ser considerada um grande sucesso diplomático por ter reintroduzido a busca por diálogo e consenso entre EUA e o Velho Continente. A viagem de Obama sinaliza que a busca por ações multilaterais, concertadas entre os países do Norte e, principalmente, membros da Otan, será um objetivo a ser perseguido pelo governo estadunidense.

As relações entre EUA e Turquia também merecem ser salientadas. Apesar de ser um aliado tradicional dos EUA na região, a visita de Obama àquele país resultou em fortalecimento das relações, tanto que parte da ação militar antipirataria norte-americana ficará sob comando turco. Essa mudança ocorreu devido à necessidade de fortalecimento dos EUA na região, já que estão transferindo sua ação do Iraque para o Afeganistão, e de apoio para futuras ações contra o Irã.

Em relação à China também podemos observar uma leve mudança de discurso. Durante os anos Bush, esse país tinha sido colocado como um rival dos EUA, o que aparentemente vai mudar na administração Obama. A visita realizada por Hillary Clinton nas primeiras semanas de mandato para pedir auxílio ao governo chinês no combate à crise mundial e para discutir a questão da Coreia do Norte indica uma postura mais respeitosa e construtiva por parte dos EUA.

Ainda é esperado um posicionamento mais claro da política de Obama para o continente africano. Devido às raízes quenianas do presidente, estima-se que a segurança do continente, assim como questões relacionadas ao desenvolvimento e à pobreza, terá um lugar de destaque. Até então a única iniciativa dos EUA em relação à África refere-se à ação militar contra a pirataria na costa africana, que se mostrou mais ativa e com resultados positivos. Também é esperado maior apoio norte-americano às ações da União Africana e a definição de uma política mais ativa em relação à Somália.

Já em relação à América Latina, a política externa de Obama se apresentou de forma bem diferente do que a colocada em prática por Bush. A região como um todo foi, de certa forma, negligenciada pelos EUA nos últimos anos, devido ao deslocamento do foco de atenção para o Oriente Médio, e o novo presidente tentou deixar claro que pretende reverter essa situação. A participação de Obama na Cúpula das Américas pode ser considerada um grande sucesso e um bom começo para suas relações com os líderes latino-americanos. Apesar de o encontro não ter produzido um documento final, Obama se mostrou aberto ao diálogo com os países da região e até se desculpou pelos erros cometidos por seu país na América Latina.

Apesar de ser um gesto simbólico, sua importância para os líderes latino-americanos não deve ser menosprezada, devido à grande influência que os EUA possuem na região. Um dos símbolos do sucesso desse encontro foi o encontro entre Hugo Chávez e Obama, marcado pelo otimismo e pela decisão de restabelecer as relações diplomáticas entre os seus países. O tema que dominou a agenda da Cúpula, e que tem ocupado grande parte da formulação da política externa norte-americana para a América Latina, foi a questão de Cuba. Outra modificação no discurso norte-americano ocorreu em relação ao México. Em visita oficial ao país Obama declarou que os EUA precisam auxiliar de forma mais ativa as políticas antinarcóticos mexicanas, assim como as políticas internas de prevenção ao consumo de drogas.

Por fim, a questão da abertura para um diálogo com Cuba pode ser considerada o ato mais importante da política de Obama para a América Latina até o momento. Pela primeira vez, habitantes dos EUA poderão enviar remessas de dinheiro para seus familiares que estão em Cuba e

realizar viagens ao país. O envio de representantes parlamentares à Havana para conversar com Fidel Castro sobre uma possível reaproximação entre os dois países demonstra que existe uma grande vontade política de resolver essa pendência de quase cinquenta anos. Os gestos de Obama em relação a Cuba vão muito além da retórica: são o maior avanço já realizado desde que o embargo foi imposto.

Assim, apesar de o novo governo ser muito recente, não se pode menosprezar as ações já tomadas por Obama no plano internacional. Existem pontos de continuidade com a política externa dos governos de George W. Bush, com algumas mudanças já visíveis, e outras ações que podem parecer apenas retóricas, mas que sinalizam na direção do papel transformacional almejado pela presidência de Obama. Gestos com forte teor simbólico sempre foram muito importantes na formulação da política externa norte-americana, e terão, futuramente, impactos práticos, pois os EUA se ajustarão às expectativas levantadas por essas ações.

III Relações Bilaterais com o Brasil

Desde a independência do Brasil, em 1822, os Estados Unidos figuram como uma das prioridades da política externa brasileira. Apesar de as relações entre os dois países terem passado por momentos difíceis, em linhas gerais, Estados Unidos e Brasil se colocam como aliados, mas não automaticamente alinhados. Mesmo se tratando de uma relação positiva e não conflituosa, ela é também marcada por altos e baixos.

Desde o século XVIII, os Estados Unidos se apresentam como uma potência no continente americano e principalmente como uma alternativa à influência europeia na região. Por isso, tantos movimentos de cunho republicano com inspiração norte-americana eclodiram no continente após a independência do país. Em 1822, os EUA foram o primeiro país a reconhecer a independência brasileira e, desde então, estabeleceram importantes relações comerciais com o novo país. Na década de 1850, entretanto, as animosidades entre os dois países começaram, uma vez que a influência norte-americana no Brasil já não era tão bem-vinda, especialmente no que concernia à questão da Amazônia e à livre-navegação dos rios, pois os EUA queriam que a área fosse internacionalizada.

Foi a partir do século XX, com a crescente perda de influência britânica na região, que as relações entre Brasil e EUA tornaram-se mais intensas. Desde o barão de Rio Branco, com a adoção da política do pan-americanismo, os EUA passaram a figurar como principal parceiro do Brasil, aumentando a consciência de que os dois países estavam intimamente

ligados e que os EUA nunca poderiam ser menosprezados no horizonte da política externa nacional.

Pode-se periodizar as relações entre Brasil e EUA em fases. A primeira, que vai do início da Era Rio Branco até o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), é de alinhamento quase automático entre os dois países, tendo sido classificada por especialistas, como Bradford Burns, como uma aliança não escrita. Esse alinhamento está ilustrado pela participação brasileira nas duas Guerras Mundiais, pela assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, pela criação da Escola Superior de Guerra e pela exploração norte-americana de minérios estratégicos no Brasil.

A partir de 1950, as relações tornam-se mais tensas, podendo-se caracterizar esse período como de instabilidade, pois havia oscilação entre a aproximação e o distanciamento. Ao mesmo tempo que os EUA reforçavam sua supremacia no continente americano, já no contexto da divisão bipolar do mundo, o governo de Vargas persistia em políticas de teor nacionalista, e os interesses se chocavam, como foi o caso da criação da Petrobras e do monopólio da exploração do petróleo, políticas mal recebidas pelos EUA. O governo de Café Filho (1954-1955) se reaproxima dos EUA, o que será reforçado por Juscelino Kubitschek (1956-1961), que tem na aliança com o capital estrangeiro uma das bases de seu plano de governo. Além disso, JK propõe a criação da Operação Pan-Americana, pela qual recursos provenientes dos EUA auxiliariam no combate ao subdesenvolvimento no continente sob pretexto de afastar a ameaça comunista. Entretanto, a falta de comprometimento dos EUA com a América Latina em comparação aos países europeus fez com que JK se afastasse dos norte-americanos no final de seu governo.

As relações pioraram muito nos governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), principalmente devido à Política Externa Independente adotada pelo Brasil, que buscava autonomia e distanciamento do conflito leste-oeste. A tensão entre os Estados Unidos e o governo brasileiro era tão marcante no período, que a CIA apoiou o golpe militar que iria perdurar mais de vinte anos no país. Entretanto, a presença de militares no governo não garantiu apoio e alinhamento com os Estados Unidos. Ao contrário, o período militar é aquele em que as relações entre os países ficam mais tensas.

Após o governo de Castello Branco (1964-1967), que foi automaticamente alinhado com os Estados Unidos, os quatro presidentes militares que o sucederam adquiriram uma postura mais distante e autônoma. Esse é o período da independência da política externa brasileira, marcada pela contradição de ser bastante progressista, mesmo que formulada por um regime politicamente autoritário. Nos anos do regime militar, o Brasil passa a tomar o papel de destaque que ocupa até hoje na luta contra o

subdesenvolvimento e por mais justiça nas relações entre o norte e o sul, revisando, assim, a posição de aliado irrestrito dos Estados Unidos. Esse distanciamento não significou conflito, apenas uma mudança no tipo de relacionamento estabelecido entre os dois países.

A eleição de Jimmy Carter à presidência dos EUA em 1976, entretanto, comprometeu bastante a relação bilateral, pois seu governo posicionou-se fortemente contra o regime militar do Brasil, especialmente devido à violação aos direitos humanos cometidas pelos militares. Esse fato, aliado à crise do petróleo e ao crescente endividamento externo brasileiro, resultou no distanciamento político dos dois países. Além disso, durante o governo de Sarney (1985-1990), a lei da reserva de informática estabelecida pelo Brasil causou um grande desconforto, sendo os produtos brasileiros sobretaxados pelos EUA como forma de retaliação.

Durante o governo Collor (1990-1992), uma nova fase da relação com os EUA é inaugurada. Esse período pode ser caracterizado pelo alinhamento total e irrestrito aos norte-americanos e às políticas neoliberais defendidas por aquele país. Esse alinhamento não ocorria apenas no âmbito bilateral, pois também na arena multilateral o Brasil apoiava as posições norte-americanas. Essa fase durou pouco tempo; assim que Itamar Franco (1992-1994) assumiu a presidência, as relações com os EUA voltaram a ser levadas de forma mais pragmática.

Por fim, o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) inaugura a última fase do relacionamento entre Brasil e Estados Unidos, que perdura até o presente momento. Essa fase é marcada por um bom relacionamento, em que os temas da agenda bilateral são considerados individualmente, sem que seja possível estabelecer um alinhamento total como ocorria durante os anos Collor, mas marcado pela cooperação e pela contínua aproximação. Durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, que ocorreram quase simultaneamente aos mandatos de Bill Clinton (1993-2000), nos Estados Unidos, a relação foi marcada pela proximidade pessoal dos dois presidentes, mesmo que isso não tenha resultado em nenhum tipo de privilégio para o Brasil.

Não se pode deixar de mencionar que, na década de 1990, o Brasil ratificou o Tratado de Não Proliferação Nuclear, principalmente por pressão norte-americana, e iniciou a discussão em relação à criação da Área de Livre-Comércio das Américas. O projeto da área de livre-comércio não foi adiante pela incapacidade dos países envolvidos, não apenas o Brasil, de chegar a um consenso sobre os termos do acordo, mas também pela mudança de foco da política externa americana. O fracasso dessas negociações levou os EUA a reforçar a busca por acordos bilaterais, dadas as excessivas concessões que seriam necessárias para um tratado mais amplo.

No contexto da guerra global contra o terror, o Brasil foi solidário com os EUA na ocasião dos ataques terroristas de 11 de setembro, apoiando a ação militar norte-americana no Afeganistão, tendo sido, no entanto, contrário à Guerra do Iraque. Nesse novo momento, entretanto, o governo de George W. Bush deixou a América Latina em segundo plano, com exceção da Colômbia; contudo, mesmo com posições conflitantes em alguns temas, as relações entre Estados Unidos e Brasil se mantiveram bastante positivas.

Previamente à eleição de Lula, os EUA reagiram com certo receio de que, caso eleito, o atual presidente brasileiro se unisse no mesmo discurso anti-americano de outros presidentes da região, o que não ocorreu. O Brasil sempre foi visto como um aliado importante na América do Sul, principalmente por ser uma liderança moderada, capaz de contrabalançar a animosidade de Hugo Chávez e Evo Morales. Assim que eleito, Lula realizou uma visita oficial aos EUA, em que ele e George W. Bush demonstraram grande otimismo diante das relações bilaterais, assim como grandes afinidades pessoais.

Esse relacionamento amistoso entre Bush e Lula foi complementado pelo diálogo e pela cooperação entre os países em diversas áreas, entre as quais se destaca a dos biocombustíveis. A cooperação entre Brasil e Estados Unidos no que se refere ao etanol, ratificada pela assinatura do Memorando de Entendimento sobre Biocombustíveis, em 2007, visa consolidar a expansão do etanol e criar um mercado global para o produto, além do desenvolvimento de tecnologia específica para o setor e da cooperação com países terceiros. A participação brasileira da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah), apesar de envolver outras questões relativas à política externa brasileira, é uma importante forma de demonstração de apoio e cooperação com os EUA.

No campo comercial, apesar de uma aproximação nas negociações sobre a abertura dos mercados agrícolas na Rodada Doha, Brasil e Estados Unidos tiveram enfrentamentos, sendo o mais conhecido a demanda do Brasil contra os subsídios ao algodão norte-americano, que se estendeu de 2002 a 2008, com a vitória do Brasil. Além desse, o Brasil estuda solicitar a abertura de painel na Organização Mundial do Comércio (OMC) referente à proteção dada pelos EUA ao suco de laranja e, mais recentemente, ao etanol. Nos últimos anos, a corrente comercial entre os dois países foi crescente, com superávits comerciais para o Brasil, sendo os EUA o principal parceiro comercial brasileiro.

No início de 2007, houve uma importante troca de visitas de alto escalão, com a vinda do presidente Bush ao Brasil e a ida do presidente Lula aos EUA, com a assinatura de três Memorandos de Entendimento, em áreas como biocombustíveis e educação. No ano seguinte, com a visita da então secretária de Estado, Condoleezza Rice, ao Brasil, foi assinado um plano de ação conjunta para a eliminação da discriminação e da desigualdade étnica e racial. Além desses encontros, diversos grupos de traba-

lho foram mantidos em funcionamento, como o Mecanismo de Consultas Políticas, o Comitê Consultivo Agrícola e o Fórum de CEO's Brasil-EUA.

Após apenas cem dias de governo Obama, já se pode inferir que as relações entre Brasil e Estados Unidos tendem a passar por uma fase bastante positiva. A vitória de Obama foi celebrada no Brasil, especialmente pelo presidente Lula, tendo, por sua vez, o presidente americano declarado que admirava o estilo de governo de Lula e que pretendia estreitar as relações com o Brasil. Quando da eleição de Obama, ainda em novembro de 2008, Lula e o presidente eleito dos EUA trocaram um telefonema que ficou famoso pela sua duração, pela diversidade de temas abordados e pelo apoio dado por Obama à pretensão brasileira de se tornar membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Aprofundando ainda mais o relacionamento, Lula foi o primeiro presidente latino-americano a fazer uma visita oficial a Obama, em março de 2009.

O presidente Obama reconhece a importância de ter um aliado como o Brasil, não apenas em nível regional, mas global, já que o país tem despontado como líder em diversos temas discutidos na arena internacional. Em termos diplomáticos, o Brasil é um grande aliado dos Estados Unidos na América do Sul e pode servir como mediador de aproximações futuras entre os EUA e os países da região que estão na pauta da política externa de Obama.

O tema mais imediato da agenda bilateral, além da questão da crise financeira mundial, é a questão dos biocombustíveis. Os EUA ainda são bastante dependentes de combustíveis fósseis e o Brasil é o maior produtor mundial de etanol. Em 2007 foi assinado o Memorando de Entendimento sobre Biocombustíveis, mas isso não ajudou o etanol brasileiro a deixar de ser sobretaxado nos EUA, o que impede que o produto seja competitivo naquele mercado. Apesar dos pedidos de Lula, é pouco provável que isso se resolva no curto prazo, já que os interesses dos produtores de milho norte-americanos na proteção contra o etanol brasileiro são extremamente fortes. Esse tema, com certeza, deverá continuar presente na agenda bilateral. Espera-se, contudo, que tal agenda possa evoluir para uma cooperação mais sólida na área externa, de segurança e de desenvolvimento.

Sites consultados

Brasil. Ministério das Relações Exteriores: <www.mre.gov.br>

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária: <www.embrapa.br>

IHS Janes: <<http://sentinel.janes.com>>

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro: <www.observatorio.iuperj.br>

Stratfor Global Intelligence: <www.stratfor.com>

The Economist: <www.economist.com>